



GNF-MA/CPL  
Folha: 60  
Rubrica: \*

**CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE – MA**  
CNPJ – 01.625.921/0001-02  
**PODER LEGISLATIVO**

**PARECER JURÍDICO**

**Referente: Processo nº 2801.001/2020**

**Dispensa de Licitação nº. 004/2020**

**Interessado:** Câmara Municipal de Governador Nunes Freire.

**Objeto:** Contratação de Pessoa (s) Jurídica (s) para prestação de serviços de confecção de quadros legislativo e Material Gráfico para atender às necessidades da Câmara Municipal de Governador Nunes Freire/MA.

Senhor Presidente,

Consta deste processo que a Câmara Municipal de governador Nunes Freire pretende contratar uma empresa especializada para prestação dos serviços de confecção de quadros legislativo e Material Gráfico para atender às necessidades da Câmara Municipal de Governador Nunes Freire/MA.

Consta nos autos do processo a pesquisa de preços na qual se auferiu o menor valor de R\$ 15.384,50 (Quinze mil, Trezentos e Oitenta e Quatro reais e Cinquenta centavos). Onde também foi identificada a proposta apresentada com um valor compatível de mercado, sendo esse de R\$ 15.384,50 (Quinze mil, Trezentos e Oitenta e Quatro reais e Cinquenta centavos), cotado pela empresa **COMERCIAL SANTO EXPEDITO LTDA -ME** inscrita no CNPJ sob o Nº **17.572.455/0001-84**.

Outrossim, informa a Comissão de Licitação, que a referida pessoa se adequada para a finalidade pretendida, bem como que existe rubrica orçamentária.

Após a devida tramitação, o Presidente da Comissão de Licitação encaminhou os autos a esta ASSESSORIA JURÍDICA para a emissão de parecer.

É o breve relatório, passo a opinar.



GNF-MA/CPL  
Folha: 61  
Rubrica: [assinatura]

**CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE – MA**  
**CNPJ – 01.625.921/0001-02**  
**PODER LEGISLATIVO**

Desde logo, verifico que os serviços pretendidos podem ocorrer com dispensa de licitação, pois se destina a atender finalidade precípua da Autarquia, conforme o art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93:

**Art. 24. É dispensável a licitação:**

**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;**

Desse modo, com fundamento na legislação acima citada, opinamos no sentido de que a Câmara Municipal de Vereadores efetue a contratação de empresa para os presentes serviços, com dispensa de licitação, tendo em vista que o valor total encontra-se devidamente dentro do limite estabelecido no Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

É o parecer.

Governador Nunes Freire – MA, 11 de fevereiro de 2020

**J. J. de Abreu Pereira**  
**OAB/MA Nº 4.797**  
Assessoria Jurídica